

Contraproposta inclui um novo título

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Novos detalhes emergiram ontem sobre a contraproposta do comitê assessor de bancos sobre a dívida externa brasileira de cerca de US\$ 50 bilhões em renegociação desde o final de agosto. O principal deles é a inclusão de um sexto instrumento, além dos cinco propostos originalmente pelo País.

Trata-se de um novo Tirb (temporary interest reduction bond, bônus de redução temporária de juros), que está sendo chamado de "c" bond porque "também incluiria uma capitalização parcial de juro nos primeiros anos. Esse papel vem sendo descrito como uma

espécie de "continuação" do atual MYDFA (Multi Year Deposit Facility Agreement).

Sabe-se também que os banqueiros pediram ao País garantias sobre o pagamento de juro dos Par Bond (Bônus Par), para o qual os brasileiros já haviam oferecido a garantia colateral de um bônus de cupom zero do Tesouro dos EUA para o principal. Os banqueiros pedem 12 meses de garantia, menos do que exigiram o México (18 meses) e a Venezuela (16 meses).

A garantia dos juros se dá pelo depósito antecipado de um ano (nesse caso) dos juros devidos numa conta especial, que o País pode sacar de volta no final do

período, caso efetue os pagamentos previstos. No caso do México, essa garantia dos juros correspondeu a cerca de 40% dos US\$ 7,2 bilhões que desembolsou em garantias em seu acordo pelo Plano Brady com os bancos comerciais.

Os banqueiros pedem ainda garantia do pagamento dos juros por cinco e seis anos no caso dos dois bônus de redução temporária originalmente propostos pelo País (Tirb-1 e Tirb-2). Esse período corresponde aos anos em que o Brasil se propõe a pagar menos juros; sua proposta era de pagar 2,5% nos anos 1 e 2; 3,75% nos anos 3 e 4; e 5% nos anos 5 e 6, passando a juros de mercado no sétimo ano.

Os bancos sugerem que o patamar inicial comece em cerca de 4% e a diferença de "5 e 6" anos sugere que eles querem que o País volte a pagar juros de mercado antes do sétimo ano. Além disso, o comitê assessor quer um juro fixo mais alto para o Discount Bond (Bônus de Desconto): cerca de 5,5% em vez dos 4,8% que o Brasil sugere.

O desconto proposto pelos banqueiros nesse bônus seria de 32,5%, um meio termo entre os descontos anteriormente concedidos ao México (de 35%) e à Venezuela (30%), e fica bem abaixo dos 37,5% pedidos pelo Brasil. Mas a reação do presidente Collor de Mello em Nova York na

segunda-feira foi motivada muito mais pelo custo das ~~garantias pedidas que pela~~ eventual redução no desconto do principal da dívida.

Os bancos querem enfim que alguns títulos não implementados pelo Brasil desde o acordo de 1988, como o New Money Trade e o Parallel Finance Agreement (PFA), continuem a receber tratamento privilegiado e sejam considerados separadamente. A maior pressão aqui é feita pelos bancos alemães.

Um banqueiro do comitê assessor explicou que entendia a reação do presidente Collor, mas argumentava que "ele não está levando em conta os pontos

positivos da nossa proposta", como o novo Tirb (cu-~~jos detalhes ainda não são~~ conhecidos), ou a oferta de "waiver", a cláusula de suspensão dos efeitos do acordo anterior que viabiliza o novo.

Essa última oferta é considerada por banqueiros fora do comitê assessor como normal, "dado que o novo acordo não poderá ser assinado sem os "waivers" de qualquer maneira". O que o comitê assessor parece oferecer, assim, é mais um consentimento prévio, e portanto um ganho de tempo, porque as concessões de "waiver" nos recentes acordos do México e da Venezuela tomaram várias semanas de negociações.